

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para contratação de serviços de capacitação teórica e prática, voltados à formação de brigadas voluntárias de prevenção e combate a incêndios, destinadas às unidades da CAIXA em diversas localidades do estado de Minas Gerais, organizadas em três polos regionais distintos, conforme detalhado no Edital.

1.1.1 O processo licitatório será dividido em três itens, cada um correspondente a um dos polos regionais definidos neste Termo de Referência. Cada item representará uma contratação independente, resultando na celebração de três contratos distintos, um para cada polo.

1.2 O objeto deste contrato deverá ser cumprido em estrita concordância e obediência às Normas Brasileiras pertinentes em vigor, bem como às Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, em especial a Instrução Técnica – IT nº. 12 e a Portaria nº 54 de 02 de julho de 2020, a qual se aplica as edificações enquadradas na Lei Estadual n. 14.130/2001, que institui o Regulamento contra Incêndio das edificações e áreas de risco, bem como as especificações constantes do Edital e Anexos.

1.3 Se, no decorrer da vigência do contrato, houver atualização ou modificação no arcabouço legal relativo ao regulamento contra incêndio das edificações e áreas de risco, tais como Instruções Técnicas, Decretos, Leis, entre outros, que implique em alterações no contrato (por exemplo, mas não somente, quantidade de empregados a serem treinados como brigadistas, quantidade de horas de treinamento, conteúdo programático do curso, local do treinamento), a CONTRATADA deverá se adequar imediatamente à nova regulamentação legal.

1.4 Cada contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na legislação.

1.5 DO QUANTITATIVO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS

1.5.1 Os treinamentos serão realizados nas respectivas cidades-polo de agrupamento, em dias úteis, no período compreendido entre 08h00 e 18h00, conforme discriminado a seguir:

- Item I - Belo Horizonte (MG)
- Item II - Juiz de Fora (MG)
- Item III - Uberlândia (MG)

1.5.2 Durante o período de vigência de cada contrato, poderão ser realizadas até:

- Item I - 40 turmas no município de Belo Horizonte,
- Item II - 6 turmas no município de Juiz de Fora,
- Item III - 14 turmas no município de Uberlândia.

Cada turma deverá conter, no máximo, 30 empregados no nível básico de treinamento.

1.5.3 A quantidade prevista neste contrato constitui uma estimativa para o período de vigência deste instrumento, não representando, em hipótese alguma, garantia de aquisição ou execução da totalidade estimada. Os treinamentos se darão conforme a necessidade/demanda da contratante e serão pagos apenas aqueles efetivamente realizados.

1.5.4 A(s) CONTRATADA(s) deverá disponibilizar local adequado para a realização do treinamento em cada uma das cidades polo (representadas pelos itens I, II e III), em conformidade com os requisitos estabelecidos na Portaria Nº 54, de 02 de julho de 2020.

1.5.4.1 A parte prática do treinamento deverá ser realizada exclusivamente em centro de formação credenciado junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), enquanto a parte teórica poderá ocorrer na modalidade de ensino a distância (EaD) ou em outro local disponibilizado pela CONTRATADA previamente aprovado pela CAIXA, desde que atenda aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no Termo de Referência.

1.5.4.2 Caso a empresa opte por realizar o treinamento teórico em local distinto de um centro de formação, esse espaço deverá possuir estrutura física adequada, incluindo mobiliário compatível com a atividade (mesas e cadeiras em boas condições e em quantidade suficiente para até 30 alunos), climatização, iluminação adequada, acesso a recursos didáticos e demais condições que garantam conforto, segurança e qualidade na realização do treinamento.

1.5.4.3 Cabe ressaltar que todas as avaliações, teóricas e práticas, deverão ser realizadas na modalidade presencial.

1.5.5 O local deve atender às especificações de higiene e estrutura postas neste Termo de Referência, e deverá ser submetido à aprovação da CAIXA durante o processo licitatório.

1.5.6 A alteração do local de treinamento somente será permitida mediante aprovação prévia da CAIXA, desde que o novo local também atenda aos critérios e especificações deste Termo de Referência.

1.5.7 O local para a realização do treinamento deverá ser prévia e formalmente aprovado pela GIPESBH.

1.5.8 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá utilizar os espaços das edificações pertencentes à CONTRATANTE.

1.6 DO PROGRAMA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE BRIGADA

1.6.1 Os candidatos a brigadistas, indicados a participar do treinamento básico, deverão frequentar curso com carga horária mínima de 08 (oito) horas, abrangendo os conteúdos teóricos e práticos.

1.6.1.1 Para cada turma, o treinamento deverá ser dividido em duas etapas, realizadas em dias úteis distintos, no período compreendido entre 08h00 e 18h00, sendo:

- 04 (quatro) horas de conteúdo teórico, e
- 04 (quatro) horas de atividades práticas,

em conformidade com os requisitos da legislação vigente e das instruções técnicas do CBMMG.

1.6.2 O curso deverá abordar, de forma prioritária, os riscos específicos associados às ocupações das unidades da CAIXA, classificadas conforme a legislação vigente como:

- D-1: Locais destinados à prestação de serviços profissionais ou condução de negócios (ex: escritórios administrativos);
- D-2: Agências bancárias.

1.6.2.1 A capacitação deverá considerar os riscos típicos dessas ocupações, incluindo, mas não se limitando a:

- Risco de incêndio por sobrecarga elétrica;
- Presença de equipamentos eletrônicos e sistemas de climatização;
- Armazenamento de documentos e materiais combustíveis;
- Necessidade de evacuação segura em caso de emergência.

1.6.3 O(s) profissional(is) habilitado(s) para a formação e reciclagem da brigada de incêndio deve(m) estar em estrita conformidade com a Portaria Nº 54, de 02 de Julho de 2020 do CBMMG.

1.6.4 À GIPESBH caberá o direito de recusar os profissionais julgados inaptos à prestação dos serviços, se os mesmos não atenderem as exigências deste Termo de Referência.

1.7 CERTIFICADO DE BRIGADISTA VOLUNTÁRIO E ATESTADO DA BRIGADA DE INCÊNDIO

1.7.1 Deverá ser fornecido o Certificado de Formação de Brigada de Incêndio para todos os brigadistas treinados, assim como o Atestado da Brigada de Incêndio para todas as unidades correspondentes.

1.7.2 A CONTRATADA para realização do curso de brigada voluntária é a responsável em emitir o Certificado.

1.7.3 O certificado do brigadista deve conter, no mínimo:

- a) nome completo, RG e CPF do aluno;
- b) curso frequentado;
- c) carga-horária total;
- d) período de realização do curso;
- e) nome do centro de formação, quando couber;
- f) nome completo e assinatura(s) do(s) responsável(is) pela formação;
- g) número de credenciamento do instrutor junto ao CBMMG ou número de registro no conselho profissional no caso de Engenheiro de Segurança do Trabalho e Engenheiro ou Arquiteto com especialização em Segurança do Trabalho;
- h) relação das disciplinas ministradas no curso com as respectivas notas e cargas-horárias no verso do certificado;
- i) local de atuação do brigadista (edificação, espaço destinado a uso coletivo para o qual houve o treinamento de formação);
- j) data de expedição do certificado.

1.7.4 O Atestado da Brigada de Incêndio é emitido para cada unidade da CAIXA, certificando que a brigada está de conforme com a legislação de segurança contra incêndio, de acordo com a Instrução Técnica CBMMG IT 01 – Procedimentos Administrativos.

1.7.4.1 Em casos específicos, empregados de unidades da CAIXA localizadas em outras cidades poderão participar do treinamento na cidade-polo de agrupamento. Nessa situação, a contratada permanece responsável pela emissão dos certificados individuais de participação, bem como dos respectivos Atestados de Formação de Brigada de Incêndio, independentemente da unidade de origem dos empregados treinados.

1.7.5 Os Certificados e Atestados, deverão ser assinados por profissional devidamente qualificado, de forma que viabilize a emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB das unidades CAIXA, conforme necessidade da CONTRATANTE.

1.7.6 A CONTRATADA deverá ter um sistema avaliativo teórico e prático e emitir o certificado do aluno que obtiver, em cada disciplina, aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga-horária.

1.7.7 Ao término de cada curso de formação, no prazo estipulado pela Portaria Nº 54, de 02 de Julho de 2020, a CONTRATADA deverá remeter ao CBMMG Ata de Conclusão de Curso (ACC) assinada, contendo o nome e a nota final dos alunos que concluíram o curso com aproveitamento.

1.7.8 A CONTRATADA deverá encaminhar os certificados de conclusão do curso de brigadistas voluntários e os Atestados da Brigada de Incêndio em formato .PDF para o email gipesbh02@caixa.gov.br ou através de outro recurso

tecnológico indicado pela GIPESBH.

1.7.9 Os certificados devem ser gerados em arquivos individuais para cada brigadista e os atestados devem ser fornecidos em arquivos individuais para cada unidade CAIXA, nomeados no padrão indicado pela GIPESBH.

1.8 DA SUBCONTRATAÇÃO

1.8.1 A subcontratação é permitida, desde que previamente autorizada pela GIPESBH/CAIXA, e não exime a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução e qualidade dos serviços contratados.

1.8.2 A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto, desde que seja previamente comunicada e autorizada pela GIPESBH e não envolvam atividades de maior relevância, como:

- Organização e realização dos treinamentos;
- Agendamentos e tratativas com a CAIXA;
- Emissão e controle de certificados e atestados.

1.8.3 A contratada poderá subcontratar serviços auxiliares, como a locação de espaço para a realização do treinamento (desde que este seja um centro de formação devidamente credenciado pelo CBMMG), por exemplo.

1.8.4 Caso haja subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar, na data de início da execução do contrato, cópia do(s) contrato(s) firmado(s) com a(s) empresa(s) subcontratada(s), bem como a relação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços, identificados com seus respectivos dados pessoais (RG/CPF). Ressalta-se que a indicação do centro de formação — inclusive quando subcontratado — deverá ocorrer obrigatoriamente na fase de habilitação, conforme exigido neste Termo de Referência.

1.8.5 Na subcontratação, a CONTRATADA deverá exigir da empresa subcontratada o cumprimento integral das exigências legais, normativas e éticas aplicáveis ao objeto do contrato, observando especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana e os direitos dos trabalhadores previstos na Constituição Federal. Para isso, deverá ser firmado termo de compromisso que assegure a idoneidade da subcontratada e a vedação a práticas ilegais, imorais ou antiéticas, garantindo conformidade com os padrões exigidos na contratação principal.

2 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme procedimentos e responsabilidades estabelecidas no contrato e em seus anexos, mão de obra, equipamentos, e materiais necessários ao cumprimento de todas as obrigações do contrato.

2.2 Os treinamentos se darão em ambiente oferecido pela contratada (Centro de

Formação), que deverá ser, obrigatoriamente, já na etapa de habilitação, aprovado mediante manifestação da GIPESBH.

2.3 Os locais de treinamento, além de atender aos requisitos do item 1.5 e seus subitens, devem observar os seguintes critérios:

2.3.1 Possuir boas condições de limpeza e climatização que permita manutenção da temperatura ambiente na faixa de 18 a 25°C;

2.3.2 Dispor de estrutura sanitária adequada em boas condições de uso com separação de sexos feminino e masculino;

2.3.3 Oferecer local seguro para guarda de roupas e pertences pessoais dos participantes;

2.3.4 Fornecer água potável, própria para consumo dos participantes (bebedouro com água mineral ou filtrada, em boas condições de higiene e manutenção).

2.3.5 A prestação dos serviços ocorrerá no âmbito do Estado de Minas Gerais, restrita às cidades polos de cada um dos 3 (três) itens definidas neste Termo de Referência.

2.3.5.1 Os treinamentos referem-se às unidades da CAIXA vinculadas à GIPESBH, e deverão ser realizados exclusivamente dentro dos limites geográficos de cada cidade polo, não sendo permitida a realização em municípios vizinhos ou em outras localidades.

3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

3.1 O agendamento das turmas de treinamento deverá observar os prazos necessários para as providências administrativas da CAIXA, de modo que a confirmação da data de realização por parte da contratada ocorra com antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias em relação à data efetiva do treinamento.

3.1.1 A CAIXA formalizará a solicitação de treinamento por meio de mensagem eletrônica (e-mail), propondo o agendamento das turmas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação às datas de interesse.

3.1.2 A contratada deverá responder à solicitação da CAIXA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, confirmando a data proposta ou apresentando outras datas disponíveis dentro do mesmo período, sempre observando o prazo de antecedência para as providências administrativas da Contratante.

3.2 Os certificados de conclusão do curso de brigadistas voluntários, bem como os atestados da Brigada de Incêndio, deverão ser enviados no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, após o treinamento ou mediante solicitação prévia da própria GIPES, para o e-mail GIPESBH02@CAIXA.GOV.BR, ou por meio de

recurso tecnológico indicado pela GIPESBH.

4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Controlar e registrar a presença dos empregados no treinamento e enviar à GIPESBH a lista de presença dos participantes, incluindo as ausências, até o dia útil seguinte ao treinamento realizado.

4.2 Realizar a instrução dentro das exigências da IT nº. 12/2023 e IT 35/2022 do CBMMG, NR-23 do MTE, NBR 14.276, NBR 14.277, NBR 15.219 da ABNT, e Portaria Nº 54 de 02 de Julho de 2020 do CBMMG.

4.3 Fornecer todo o material necessário para o conteúdo teórico do treinamento a todos os alunos, bem como todo o material necessário para que o treinamento prático satisfaça as especificações, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.

4.4 Fornecer EPI – Equipamentos de Proteção Individual aos brigadistas para o treinamento, conforme os riscos e em observância à Portaria Nº 54 de 02 de Julho de 2020.

4.5 Emitir os Certificados de Participação Individual dos treinandos e os Atestados da Brigada de Incêndio das Unidades, certificando que a brigada está de acordo com a legislação de segurança contra incêndio e com as normas ABNT NBR 14.276, ABNT NBR 15.219 e IT nº. 12 e IT nº 35 do CBMMG, assinados por profissional devidamente habilitado e de acordo com as especificações determinadas por este instrumento no último dia de curso, podendo estes serem entregues junto com a Nota Fiscal correspondente ao serviço prestado, objeto do presente contrato.

4.6 Encaminhar os certificados de conclusão do curso de brigadistas voluntários e os Atestados da Brigada de Incêndio para o email GIPESBH02@CAIXA.GOV.BR ou através de recurso tecnológico indicado pela GIPESBH.

4.7 Os certificados devem ser emitidos em arquivos .PDF separados por empregado, e enviados ao endereço de email informado em um ou mais arquivos compactados de até 5Gb cada.

4.8 A responsabilidade pela segurança dos brigadistas será da CONTRATADA. Os custos e indenização pelos danos e acidentes durante o treinamento, serão por conta da CONTRATADA.

4.9 A prestação dos serviços deverá observar a estrita conformidade com a Portaria nº 54, de 02 de julho de 2020, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), que regulamenta o art. 7º da Lei Estadual nº 22.839, de 05 de janeiro de 2018, especialmente no que se refere à atuação, credenciamento, uniformes e veículos dos centros de formação, instrutores e demais profissionais

envolvidos na capacitação de brigadistas.

4.9.1 Caso haja alteração na legislação aplicável à formação de brigadas de incêndio durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato, a contratada deverá se adequar às novas exigências legais.

4.9.2 Se a alteração legal não implicar em majoração de custos, a contratada deverá realizar os ajustes necessários sem qualquer ônus adicional para a CAIXA.

4.9.3 Havendo impacto financeiro comprovado decorrente da alteração normativa, a situação será avaliada pela CAIXA, podendo, se for o caso, haver revisão ou repactuação dos preços, conforme previsto nas cláusulas contratuais vigentes.

4.10 Atender eventuais solicitações oriundas do CBMMG ou da CAIXA para correção e ou adequação de certificados ou atestados durante a validade dos mesmos.

4.11 A(s) contratada(s) deverá informar à CAIXA, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, os nomes dos coordenadores responsáveis por cada item contratado, bem como os respectivos contatos (telefone celular e e-mail), incluindo os dados de suas equipes. Esses profissionais atuarão como ponto focal para comunicações oficiais e rotineiras relacionadas à execução do contrato.

5 CONTEÚDO DO CURSO DE FORMAÇÃO DA BRIGADA

5.1 A matriz curricular mínima a ser ministrada pelo centro de formação é a prevista no Anexo G da Portaria Nº 54 de 02 de Julho de 2020 do CBMMG.

BRIGADISTA ORGÂNICO NÍVEL BÁSICO – FORMAÇÃO

DISCIPLINA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO				
Assunto	Parte teórica		Parte prática	
	Ao término da disciplina o aluno deverá:	C.H. (horas)	Ao término da disciplina o aluno deverá:	C.H. (horas)
Introdução	- Conhecer os objetivos e conceitos gerais do curso;		—	—
Responsabilidade do brigadista	- Conhecer os aspectos legais relacionados a responsabilidade do brigadista;		—	—
Teoria do Fogo: combustão, seus elementos e a reação em cadeia	- Conhecer a combustão, seus elementos, funções, temperaturas do fogo (por exemplo: ponto de fulgor, ignição e combustão) e a reação em cadeia;		—	—
Propagação do fogo: condução, convecção e irradiação	- Conhecer as formas de propagação do fogo;		—	—
Classes de incêndio: classificação e características	- Identificar as classes de incêndio;		- Reconhecer as classes de incêndio;	00:30
Prevenção de incêndio: técnicas de prevenção	- Conhecer as técnicas de prevenção para avaliação dos riscos em potencial;	02:00	—	—
Métodos de extinção: isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química	- Conhecer os métodos e suas aplicações;		- Aplicar os métodos;	01:30
Agentes extintores: água, pó químico, CO ² , espumas e outros	- Conhecer os agentes, suas características e aplicações;		- Aplicar os agentes;	
EPI (equipamentos de proteção individual)	- Conhecer os EPIs necessários para proteção da cabeça, dos olhos, do tronco, dos membros superiores e inferiores e do corpo todo;		- Utilizar os EPIs corretamente;	
Equipamentos de combate a incêndio: extintores e acessórios	- Conhecer os equipamentos suas aplicações, manuseio e inspeções;		- Operar os equipamentos.	
Equipamentos de combate a incêndio:	- Conhecer os equipamentos suas aplicações, manuseio e inspeções;		- Operar os equipamentos.	

DISCIPLINA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO				
Assunto	Parte teórica		Parte prática	
	Ao término da disciplina o aluno deverá:	C.H. (horas)	Ao término da disciplina o aluno deverá:	C.H. (horas)
hidrantes, mangueiras e acessórios				
Equipamentos de detecção, alarme, luz de emergência e comunicações: tipos e funcionamento	- Conhecer os meios mais comuns de sistemas e manuseio;		- Identificar as formas de acionamento e desativação dos equipamentos	
Abandono de área	- Conhecer as técnicas de abandono de área, saída organizada, pontos de encontro e chamada e controle de pânico;		—	—
Pessoas com mobilidade reduzida	- Descrever as técnicas de abordagem, cuidados e condução de acordo com as peculiaridades da planta;		—	—
Riscos específicos da planta: conhecimento	- Discutir os riscos específicos de combate a incêndio da planta.		—	—
Avaliação ¹	- Demonstrar conhecimento sobre os assuntos ministrados.	—	- Demonstrar conhecimento sobre os assuntos ministrados.	—
Carga-horária	C.H. teórica	02:00	C.H. prática	02:00
	Total: 04:00			

DISCIPLINA DE PRIMEIROS SOCORROS				
Assunto	Parte teórica		Parte prática	
	Ao término da disciplina o aluno deverá:	C.H. (horas)	Ao término da disciplina o aluno deverá:	C.H. (horas)
Avaliação inicial: avaliação do cenário, mecanismo de lesão e número de vítimas	- Conhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, número de vítimas e o exame físico destas;	02:00	- Avaliar e reconhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, o número de vítimas e o exame físico destas;	02:00
Vias aéreas: causas de obstrução e liberação	- Conhecer os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes;		- Descrever os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes e promover a desobstrução;	
RCP (reanimação cardiopulmonar): ventilação artificial e compressão cardíaca externa	- Conhecer as técnicas de RCP para adultos, crianças e bebês;		- Praticar as técnicas de RCP;	
AED/DEA:	- Conhecer equipamentos semiautomáticos para		- Utilizar equipamentos semiautomáticos para	
desfibrilação semiautomática externa	desfibrilação externa precoce;		desfibrilação externa precoce;	
Estado de choque: classificação prevenção e tratamento	- Conhecer os sinais, sintomas e técnicas de prevenção e tratamento;		- Aplicar as técnicas de prevenção e tratamento do estado de choque;	
Hemorragias: classificação e tratamento	- Descrever as técnicas de hemostasia;		- Aplicar as técnicas de contenção de hemorragias;	
Movimentação, remoção e transporte de vítimas: avaliação e técnicas	- Conhecer as técnicas de transporte de vítimas clínicas e traumáticas com suspeita de lesão na coluna vertebral.		- Aplicar a técnica de retirada rápida da vítima.	
Avaliação ¹	- Demonstrar conhecimento sobre os assuntos ministrados.	—	- Demonstrar conhecimento sobre os assuntos ministrados.	—
Carga-horária	C.H. teórica	02:00	C.H. prática	02:00
	Total: 04:00			

¹ O tempo destinado à avaliação das disciplinas do curso de brigadista orgânico está incluído na carga-horária prevista para o curso.

6 MATERIAL ESPECÍFICO NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO DE BRIGADA VOLUNTÁRIA

6.1 Todos os materiais e equipamentos necessários para a realização do treinamento de brigada voluntária deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, em quantidade suficiente para atender todos os empregados, devendo sempre estar dentro do prazo de validade estabelecido.

6.2 Para o treinamento, no mínimo deverão ser fornecidos os itens necessários para atender aos requisitos do Anexo F da Portaria nº 54, de 02 de Julho de 2020 do CBMMG.

CURSO DE BRIGADISTA ORGÂNICO (NÍVEIS BÁSICO E INTERMEDIÁRIO)	
Qtde.	Recurso
01	adaptador Storz 1 ½"
08	chave de mangueira
01	conjunto de combate a incêndio, contendo capacete, balaclava, capa de aproximação, luvas e botas
03	esguicho agulheta 1 ½"
05	extintor de água
05	extintor de gás carbônico
05	extintor de pó químico
06	mangueira de 1 ½"
01	local para treinamentos
01	ponto fixo de tomada de água ² com 01 (uma) ou 02 (duas) saídas de engate rápido para mangueira de incêndio de diâmetro 1 ½" ou 2 ½", com vazão e pressão suficientes para treinamento
01	reserva fixa com no mínimo 1m ³ de água, ligada ao ponto fixo de tomada de água
-	equipamentos para instrução de combate a incêndio florestal, conforme grade específica do curso de formação de brigadista florestal. ³

² O alcance do jato deve ser de ao menos 04 (quatro) metros de distância, medido da saída do esguicho ao ponto de queda do jato, com o jato paralelo ao solo.

³ Recurso somente será exigido para o centro de formação que ministre o curso de formação de brigadista orgânico com módulo adicional de incêndio florestal.

DISCIPLINA DE PRIMEIROS SOCORROS (COMUM A TODOS OS CURSOS)	
Qtde.	Recurso
40	atadura
02	caixa de luvas de procedimento
05	cobertor
02	colar cervical tamanho G
02	colar cervical tamanho M
02	colar cervical tamanho P
01	desfibrilador externo automático (DEA) de treinamento
05	esfigmomanômetro
01	esparadrapo
05	estetoscópio
05	imobilizador de cabeça
05	manta aluminizada
01	reanimador pulmonar manual tipo AMBU adulto
01	reanimador pulmonar manual tipo AMBU bebê

01	reanimador pulmonar manual tipo AMBU criança
01	sistema portátil de oxigênio ⁵
10	soro fisiológico
05	tala de imobilização de corpo inteiro (prancha longa)
05	tala de imobilização tamanho G
05	tala de imobilização tamanho M
05	tala de imobilização tamanho P
05	tirante de imobilização
01	manequim para treinamento de ressuscitação cardiopulmonar - adulto
01	manequim para treinamento de ressuscitação cardiopulmonar - bebê
01	manequim para treinamento de ressuscitação cardiopulmonar - criança
10	campo operatório

⁵Exceto para curso de brigadista orgânico, que não necessita possuir o recurso.

7 NORMAS

7.1 O treinamento deverá ser ministrado com observância às seguintes normas de segurança:

- Lei nº. 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº. 3.214/78, através da NR – 23 do Ministério do Trabalho e emprego (proteção contra incêndio);
- NBR 14.276 da ABNT – Programa de Brigada de Incêndio;
- NBR 14.277 da ABNT – Instalações e equipamentos para treinamento de combate a incêndio);
- NBR 15.219 da ABNT – Plano de emergência;
- Instrução Técnica nº. 1 do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais;
- Instrução Técnica nº. 12 do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais
- Instrução Técnica nº. 35 do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais
- Portaria Nº 54 de 02 de Julho de 2020

8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Para fins de habilitação técnica, a empresa proponente deverá apresentar documentação que comprove o atendimento às exigências de credenciamento junto ao CBMMG, conforme a Portaria nº 54/2020 do CBMMG, observando os seguintes requisitos:

8.1.1. Deverão estar devidamente credenciados junto ao CBMMG:

- Centro de Formação;
- Instrutor de brigadistas, inclusive quando atuar exclusivamente como coordenador de curso ou tutor EaD;
- Instrutor de guarda-vidas civis, inclusive quando atuar exclusivamente como coordenador de curso ou tutor EaD (quando aplicável);
- Instrutor de primeiros socorros;
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Militar das Forças Armadas, quando for o caso.

8.1.1.1 Documentos exigidos:

- Certificado de credenciamento do centro de formação emitido pelo CBMMG;
- Certificados de credenciamento dos profissionais listados no item 8.1.1, vinculados à empresa.

8.1.2. Caso a empresa proponente inclua em sua equipe profissionais como Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Engenheiro ou Arquiteto com especialização em Segurança do Trabalho, e estes venham a atuar nas atividades de treinamento, deverão ser apresentados, quando houver, os respectivos certificados de credenciamento junto ao CBMMG.

8.1.2.1 Independentemente do credenciamento, é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- Registro profissional de Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho e
- Certidão de regularidade do Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho emitida pelo respectivo conselho profissional;

8.1.3. Nos termos do § 2º do Art. 4º da Portaria nº 54/2020 o credenciamento da pessoa jurídica não desobriga que as pessoas físicas a ela vinculadas sejam, quando houver previsão nesta Portaria, também credenciadas junto ao CBMMG.

8.2 A empresa proponente deverá apresentar declaração(ões) de capacidade técnica, emitida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste(m) a execução anterior de treinamento(s) de brigada(s) de incêndio com desempenho satisfatório.

8.2.1 A declaração deverá comprovar, no mínimo, a realização de treinamentos, independentemente dos níveis dos cursos realizados anteriormente, com quantitativo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do previsto para cada item, conforme abaixo:

- Item I – Comprovação de 20 treinamentos de turmas realizados,
- Item II - Comprovação de 3 treinamentos de turmas realizados,
- Item III - Comprovação de 7 treinamentos de turmas realizados.

8.3 A empresa proponente deverá apresentar, em sua proposta comercial, a indicação dos centros de formação, devidamente credenciado junto ao CBMMG, onde serão realizados os treinamentos da brigada de incêndio. Esses locais serão submetidos à análise técnica da contratante, com base nos critérios estabelecidos nos itens 1.5.4, 1.5.5, 2.3 e seus respectivos subitens deste Termo de Referência, visando à verificação da adequação às exigências técnicas, operacionais e de segurança.

8.3.1 Caso o(s) local(is) inicialmente indicado(s) não seja(m) aprovado(s), será concedida à licitante uma única oportunidade para apresentar nova indicação, sob a forma de diligência, como condição para sua habilitação no certame. A não apresentação de local alternativo ou a reprovação deste implicará na inabilitação

da licitante.

8.3.2 Durante a vigência do contrato, caso a CONTRATADA necessite substituir o centro de formação, por motivo devidamente justificado (como questões logísticas, operacionais ou estruturais), deverá comunicar a GIPESBH de forma imediata. Caso haja turma já agendada para treinamento no centro a ser substituído, a comunicação deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para o treinamento.

8.3.2.1 A substituição somente será permitida mediante aprovação expressa da GIPESBH, que avaliará tanto a justificativa apresentada quanto o novo local proposto, com base nos mesmos critérios estabelecidos no item 8.3.

8.4 Por não se tratar de objeto que preveja mão de obra dedicada, ou de fornecimento de bens, não será exigida Certidão Trabalhista do Licitante.

9. DO GRAU DE CRITICIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

9.1 O grau de criticidade definido é médio, sendo necessário o atendimento das seguintes cláusulas, incluídas em conformidade com o Guia de Segurança da Informação e Privacidade – Fornecedores.

9.2 CLÁUSULAS GERAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - COMUM AOS GRAUS DE CRITICIDADE BAIXO E MÉDIO

9.2.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/politica-seguranca-informacao.pdf>) dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

9.2.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e e seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

9.2.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

9.2.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

9.2.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os

componentes de sua cadeia de suprimento.

9.2.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

9.2.7 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

9.2.8 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

9.2.9 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

9.2.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

10. CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO GRAU DE CRITICIDADE MÉDIO

10.1 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo (o MO19607 deverá ser anexado).

10.2 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).

10.3 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte:

Grau de Criticidade em SI Médio		
Domínio Temático	Conteúdo	Carga Horária Anual
Política de Segurança da Informação	- Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA	4 horas
Tratamento da Informação	- Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; - Adoção da política de "mesa limpa", "tela limpa" e "impressora limpa"; - Descarte seguro de informação.	
Reporte de Incidentes	- Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA	
-	-	
Fundamentos para Segurança Digital	- Conceitos básicos de segurança digital; - Uso da Internet	
Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais	- Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais; - Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; - Mantendo o dispositivo;	

	-Vulnerabilidades e ameaças
Segurança em Redes	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança na Internet; - Segurança em redes <i>wi-fi</i> públicas; - Proteção de redes pessoais; - Computação em nuvem
Segurança do Usuário	<ul style="list-style-type: none"> - Autenticação no acesso a sistema e a serviços; - Proteção de contas pessoais; - Mídias sociais; - Segurança com e-mails; - Armazenamento e compartilhamento de dados; - Backup de arquivos pessoais importantes; - Qualidade de vida digital
Segurança e Comportamento em Mídias Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Netiqueta; - Construindo seu perfil na Internet; - Segurança em mídias sociais; - Administrando seu rastro digital; - Uso saudável de mídias sociais; - Fake News; - Jogos online
Comunidades Digitais	<ul style="list-style-type: none"> - Educação na Internet; - Construindo comunidades digitais cidadãos
-	-
Direito Digital	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da informação; - Direitos autorais; - Fraudes; - Assédio virtual; - Crimes na Internet; - *Hacktivismo
Prevenção à fraude	<ul style="list-style-type: none"> - Engenharia social (formas defensivas contra **Phishing e ***Smishing)

10.4 O treinamento referido no item 10.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 04 horas.

10.5 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 10.3.

10.6 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

10.7 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

10.8 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

10.9 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.

10.10 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.

10.11 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 10.3 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 10.2, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

10.12 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:

a) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA pelo prazo de até 2 anos quando utilizada as modalidades Licitação Caixa e dispensa de Inexigibilidade.

10.13 Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a

a) Compromete a implementar alternativas através da execução de Plano de Contingência a ser definido em conjunto com a CAIXA de forma a viabilizar o atendimento.

10.14 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

10.15 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete:

a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;

b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;

c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

11. CLÁUSULAS DE PRIVACIDADE

11.1 As Partes declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo-se a Lei n. 13.079/2018 e, em caso de armazenamento de dados pessoais, a CAIXA se compromete a adotar as medidas de segurança para proteger dados pessoais.

11.2 O OPERADOR (CONTRATADA) se compromete a, quando tratar os dados obtidos pelo CONTROLADOR (CONTRATANTE), fazê-lo apenas para a finalidade pretendida, qual seja a de emissão de certificados de conclusão do referido treinamento e mediante as instruções do CONTROLADOR, sem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado.

11.3 Na ocorrência de qualquer incidente (perda, deleção ou exposição indesejada ou não autorizada, entre outros) que envolva as informações tratadas em razão da presente relação contratual, deverá o OPERADOR comunicar imediatamente o CONTROLADOR através dos canais de comunicação específicos disponíveis, em especial, o e-mail gipesbh02@caixa.gov.br, habilitado ainda para dar instruções e esclarecer dúvidas.

11.4 Ao final do contrato, conforme instruções do CONTROLADOR, o OPERADOR deverá destruir ou devolver todas as Informações confidenciais e

dados pessoais que estejam em seu poder conforme Política Geral de Tratamento de Dados estabelecida pelo CONTROLADOR.

12. CLÁUSULAS GERAIS DE PRIVACIDADE, RESSALTANDO QUE A CAIXA ATUA COMO AGENTE CONTROLADOR NESTE OBJETO.

12.1 A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da CONTRATANTE.

12.2 Para fins deste contrato, a CAIXA, doravante denominada de “CONTRATANTE”, assume o papel de Controladora de dados pessoais, e a empresa, doravante denominada “CONTRATADA”, assume o papel de operadora de dados pessoais.

12.3 Para a execução da finalidade prevista no presente contrato, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA os dados pessoais envolvidos, Nome e CPF dos treinandos.

12.4 A CONTRATADA se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destina seu tratamento, responsabilizando-se por qualquer acesso indevido.

12.5 A CONTRATADA deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.

12.6 A CONTRATADA está autorizada a tratar, em nome da CONTRATANTE, os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato com a finalidades confeccionar os certificados de conclusão do treinamento e atestados de brigada.

12.7 A CONTRATADA deverá, quando do término das atividades de tratamento de dados pessoais ou ao final do contrato, devolver todos os dados pessoais, acompanhados de todas as cópias.

12.8 A CONTRATADA deve manter, por escrito, o registro das operações de tratamento realizadas em nome da contratante.

12.9 A CONTRATADA deve colaborar com a CONTRATANTE no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.

12.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE o

recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.

12.11 A CONTRATADA garantirá à CONTRATANTE a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.

12.12 A CONTRATADA deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.13 A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.

12.14 A CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

12.15 A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.

12.16 A CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia da CONTRATANTE para subcontratação de outra empresa para quaisquer atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais relativos ao presente contrato.

12.17 Em caso de concretização de subcontratação ou de sua rescisão, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.

12.18 A CONTRATADA é responsável por quaisquer descumprimentos deste contrato pela empresa SUBCONTRATADA, inclusive em relação a incidentes de segurança com dados pessoais.

12.19 A CONTRATADA deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes a este contrato.

12.20 A CONTRATADA somente poderá realizar transferência de dados pessoais para terceiros seguindo as instruções da CONTRATANTE ou mediante prévia autorização.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 A medição dos serviços será realizada com base na quantidade de turmas efetivamente executadas, conforme solicitação formal da GIPESBH e registro de presença dos participantes.

13.2 Para fins de pagamento, será considerada como unidade de medição cada turma concluída, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Realização integral das 8 horas de curso (4h teórica + 4h prática);
- b) Envio da lista de presença com identificação dos participantes;
- c) Emissão e entrega dos certificados individuais e atestados de brigada conforme especificações deste Termo de Referência;
- d) Envio da Ata de Conclusão de Curso (ACC) ao CBMMG, quando aplicável.

13.3 O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, acompanhada dos documentos comprobatórios listados no item 13.2, e após validação pela GIPESBH.

13.4 Não serão considerados para fins de pagamento os treinamentos cancelados, incompletos ou realizados fora dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

13.5 A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no 12º (décimo segundo) dia útil após a emissão da Nota Fiscal pela contratada, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

13.6 O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega do documento fiscal, cabendo à contratada emitir a correspondente documento fiscal em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

13.6.1 Quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentado no 1º dia útil subsequente.

13.7 A não apresentação do documento fiscal citado no item 13.6, no prazo indicado, assegura à CAIXA o direito de suspender o pagamento dos serviços, sem que isso implique a atualização ou correção do valor da nota fiscal/fatura, ficando ainda o fornecedor sujeito ao pagamento de multas por eventuais atrasos nos repasses de tributos pela CAIXA.

13.8 O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

a) A identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato;

b) descrição de todos os serviços/itens que compõem o respectivo documento fiscal de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

13.9 O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará o fornecedor a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

13.10 A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso o fornecedor, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso o fornecedor esteja amparado por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

13.11 Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, o fornecedor é obrigado a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais/faturas forem necessárias, independentemente de o fornecedor estar ou não nele estabelecido e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

13.12 Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pelo fornecedor, serão cobrados diretamente do fornecedor.

13.13 A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

13.14 A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

13.15 Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

14. RESCISÃO UNILATERAL DOS CONTRATOS

14.1 Constituem motivo para a rescisão unilateral dos contratos:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- e) Inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

14.2 A rescisão decorrente dos motivos elencados no item 14.1 será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

14.3 Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

14.4 Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

14.5 Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativamente à prestação dos serviços contratados.

PREÇO MÁXIMO ESTIMADO

1 - A quantidade dos serviços a serem contratados são meramente estimativas, não representando garantia de faturamento.

2 - Os preços constantes nessa planilha importam nos valores máximos a serem pagos pela CAIXA.

3 - Serão desclassificadas as propostas que apresentarem quantidades inferiores à estimativa da CAIXA.

QUANTIDADE E VALORES PARA CONTRATAÇÃO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO (ITEM I - BELO HORIZONTE)			
	Número de turmas	Preço unitário por turma	Preço total
Nível Básico	40	R\$ 3.935,21	R\$ 157.408,40

QUANTIDADE E VALORES PARA CONTRATAÇÃO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO (ITEM II – JUIZ DE FORA)			
	Número de turmas	Preço unitário por turma	Preço total
Nível Básico	6	R\$ 3.935,21	R\$ 23.611,26

QUANTIDADE E VALORES PARA CONTRATAÇÃO DE TREINAMENTO DE BRIGADA DE INCÊNDIO (ITEM III – UBERLÂNDIA)			
	Número de turmas	Preço unitário por turma	Preço total
Nível Básico	14	R\$ 3.935,21	R\$ 55.092,94